

O MINISTRO CHE GUEVARA E A GESTÃO ECONÔMICA E EMPRESARIAL EM CUBA

Sílvia Cezar Miskulin*

Che Guevara como jovem viajante pela América Latina, em sua moto, ou como guerrilheiro e mártir da luta pela libertação dos países latino-americanos, são algumas das facetas bastante divulgadas do revolucionário argentino. Entretanto, quase não se conhece um aspecto fascinante de sua trajetória, quando Guevara, membro do governo cubano, teve em suas mãos a direção da economia. Esse aspecto pouco estudado de sua vida e sua atuação no debate econômico travado em Cuba no início dos anos 1960 é o tema central do excelente livro de Luis Bernardo Pericás.¹ A posição crítica de Che Guevara ao processo de reformas econômicas desencadeadas na União Soviética e em países do Leste europeu e sua discussão com os defensores dessas reformas foi um debate que mobilizou não só os cubanos e soviéticos, mas também importantes intelectuais de esquerda como Ernest Mandel e Charles Bettelheim. O trabalho de Pericás partiu da elaboração teórica e da ação de Che Guevara no governo cubano para analisar essa importante polêmica.

Ao mostrar a trajetória de Che Guevara como diretor do Departamento de Industrialização do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra), presidente do Banco Nacional de Cuba e como ministro das Indústrias, Pericás assinalou a importância que o governo cubano deu ao investimento na industrialização, como uma política de Estado, que seria efetuada por meio da planificação econômica. Quando assumiu o Ministério das Indústrias, em 23 de janeiro de 1961, Che Guevara buscou reorganizar o setor industrial, para impulsionar o

desenvolvimento da indústria nacional. A planificação econômica tornou-se uma prioridade do Ministério sob a direção do médico argentino. O Ministério das Indústrias incentivou a centralização da economia por meio de uma gestão centralizada das empresas e da elaboração de planos, primeiro um plano quadrienal em 1962 e, posteriormente, planos anuais em 1963 e 1964, que seriam coordenados pela Junta Central de Planificação (Juceplan) e pelas Juntas de Coordenação, Execução e Inspeção (Jucei).

O sistema orçamentário de financiamento foi elaborado pelo Che para a gestão centralizada das empresas e baseava-se num fundo bancário centralizado que supriria as necessidades financeiras das fábricas. A valorização desse sistema por Che Guevara foi alvo de duras críticas, como bem apontou o livro de Pericás, e foi um dos motivos pelos quais o argentino foi acusado de trazer problemas econômicos para a ilha. A gestão econômica impulsionada por Che no Ministério das Indústrias baseou-se em um sistema de controle máximo, onde a contabilidade geral, o controle de inventários e as visitas periódicas dos diretores nas fábricas buscavam não só impor uma direção centralizada, mas também promover a cooperação entre as indústrias de uma mesma região, além de uma aceleração na industrialização.

A gestão de Che enfrentou muitos desafios para a industrialização rápida, que se constituíram em obstáculos a serem superados: problemas de infraestrutura nos portos, necessidade de aumentar a produção de energia, falta de peças de reposição, escassez de divisas, diminuição da importação e falta de produtos, o que gerou uma crise de abastecimento. Já em 1962, o projeto de rápida indus-

* Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP).

trialização não atingia os resultados esperados, embora muitas máquinas e equipamentos tivessem sido importados da União Soviética e países do Leste europeu. Diversos acordos firmados entre Cuba e demais países do mundo socialista não garantiram um rápido desenvolvimento econômico na ilha, já que faltavam técnicos e administradores. Cuba tornava-se cada vez mais dependente de técnicos desses países.

A presença de assessores e de manuais de economia elaborados na União Soviética influenciou alguns membros do governo cubano. Desde meados dos anos 1950, Kruschew buscava incentivar a descentralização econômica na União Soviética e certos economistas propunham reformas econômicas. O economista Yevsei Liberman publicou o artigo “O plano, o lucro e os prêmios”, em 9 de setembro de 1962 no *Pravda*, que foi um marco no debate econômico soviético. Liberman defendia a

introdução de novas técnicas para produzir produtos com alta qualidade e ter maior eficácia na produção, o que, segundo Pericás, promoveria a abertura econômica e a independência das empresas e tenderia a uma política econômica capitalista. Já em agosto de 1964, Vladimir Trapeznikov propunha uma reforma macroeconômica nos preços, ao

retomar as idéias de Liberman, e buscar uma flexibilização no sistema de preços das empresas soviéticas.

A partir de 1965, após a saída de Kruschew do governo, o premiê Alexei Kossygin introduziu oficialmente a reforma econômica na União Soviética. Nesse mesmo período, reformas também ocorreram na Hungria, Checoslováquia, Alemanha Oriental e Bulgária, onde as empresas foram estimuladas a ser financeiramente autônomas e entrar em competição com outras empresas, com o objetivo de obter maior lucratividade e maior acumulação de capital, o que significava uma guinada para práticas capitalistas. O livro de Pericás mostra de



Che Guevara

que maneira os economistas portavozes dessas reformas auxiliaram a implementar as mudanças econômicas nesses países ao longo dos anos 1960.

Na Polônia, as reformas levaram à descentralização das empresas e à adoção da lucratividade como o principal indicador das indústrias. Já na Iugoslávia, o sistema de “autogestão” das empresas iniciou-se muito antes,

em 1949, com a ruptura de Tito com a União Soviética. Tratou-se de uma reação contra a excessiva centralização e contra a burocracia, que tinha um papel exagerado no Estado soviético. Muitas medidas adotadas na Iugoslávia levavam em direção ao mercado livre, por exemplo, o critério de rentabilidade das empresas estar vinculado com o estímulo ao aumento de produtividade e a motivação pelo lucro. Para os defensores do sistema iugoslavo, o surgimento de um “mercado socialista” seria possível em uma economia no período de transição, já que levaria à abundância de mercadoria e aumentaria o nível de vida da população. A planificação da economia seria efetivada a partir de melhores condições materiais na sociedade.

Entretanto, Che Guevara posicionou-se contra as reformas econômicas que estabeleciam elementos capitalistas nas economias desses países e publicou artigos em revistas cubanas, durante os anos de 1963 e 1964, para questionar os defensores dessas mudanças que ocorriam na União Soviética e Leste europeu. Che Guevara criticou a proposta de autogestão das empresas e o uso de manuais econômicos da União Soviética em Cuba, já que seriam de “tendência revisionista” e defenderiam argumentos capitalistas. Essas reformas aumentavam os estímulos materiais e incentivavam os trabalhadores ao interesse pelo lucro, impulsionando a lei do valor.

Para Che, Cuba deveria consolidar o sistema orçamentário de financiamento, com a direção centralizada da economia, ampla participação dos trabalhadores e introdução de uma série de medidas para controlar e diminuir os custos da produção e os preços finais das mercadorias. Entretanto, a posição do Che Guevara era criticada pelos defensores do sistema de cálculo econômico, que defendiam a autogestão financeira das empresas, com a finalidade de obtenção do lucro pelas empresas, por meio dos estímulos econômicos.

Diversos acordos firmados entre Cuba e demais países do mundo socialista não garantiram um rápido desenvolvimento econômico na ilha, já que faltavam técnicos e administradores.

Charles Bettelheim foi um dos defensores do cálculo econômico, em conferência proferida na Universidade de Havana, em 1963. Bettelheim propunha a gestão descentralizada em algumas instâncias dos países em transição ao socialismo, uma flexibilização que permitiria a convivência com categorias mercantis, como a lei do valor. As idéias de Bettelheim aproximavam-se das concepções de Stálin, que acreditava na importância da lei do valor no período de transição do capitalismo ao socialismo e na passagem do socialismo ao comunismo, já que a lei do valor não poderia ser abolida ou transformada. Para Bettelheim, a autonomia financeira das empresas, a autogestão, dependia da ação dos burocratas e do domínio dos trabalhadores sobre as condições de produção, que formariam as “comunidades populares”. Em Cuba, essas idéias do cálculo econômico, da autonomia financeira das empresas e da lei do valor como reguladora da produção foram defendidas por Carlos Rafael Rodríguez (presidente do Inra), Marcelo Fernández Font (presidente do Banco Nacional) e por Alberto Mora (ministro do Comércio Exterior), entre outros. Durante certo período, o sistema de cálculo econômico e o sistema orçamentário conviveram de maneira concomitante em Cuba.



Charles Bettelheim

Além de Guevara, o economista trotskista belga Ernest Mandel também criticou as reformas econômicas e as concepções de Bettelheim. Mandel defendia que no período de transição se deveria lutar contra a lei do valor, com a utilização da planificação socialista e com o estabelecimento de um sistema de autogestão democrático centralizado, em que os trabalhadores por meio de conselhos operários controlariam a gestão das empresas. Para Mandel, a transição para o socialismo seria fruto de um cálculo sério, de uma política global de preços, comparação de custos de produção, estímulo à pequena produção na agricultura e de políticas estatais baseadas em incentivos morais, que buscassem aumentar o rendimento e a produtividade no trabalho, além do nível de vida dos produtores.

Os sistemas de incentivos, a emulação socialista, o trabalho voluntário foram defendidos por Che para a construção do “homem novo” em Cuba. Luiz Bernardo Pericás preocupou-se em focar no seu

livro os aspectos históricos e econômicos que levaram Che à elaboração sobre a construção do “homem novo”, pois se tratava de um conceito sobre o qual Marx e muitos outros marxistas tinham refletido e havia se convertido em importante objetivo da Revolução Cubana.

Che Guevara e seus colaboradores defendiam que os estímulos morais eram os mais adequados para os trabalhadores cubanos e que estariam em consonância com a construção

do “homem novo”. De outro lado, Charles Bettelheim e Carlos Rafael Rodríguez defendiam o uso de estímulos materiais para incentivar a maior produtividade dos trabalhadores. Che Guevara acreditava que a criação do “homem novo” era concomitante com o desenvolvimento da técnica e com o surgimento e desenvolvimento de uma consciência comunista, enquanto o estímulo material era parte do mundo capitalista e gerava egoísmo e individualismo. Che também alertou para os perigos que os estímulos materiais poderiam acarretar para a sociedade em Cuba, como o surgimento de uma camada burocrática dentro dos órgãos estatais e das empresas.

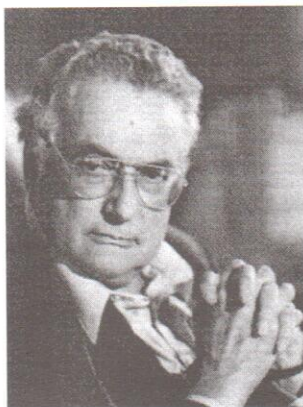
Os estímulos morais por meio de prêmios, medalhas, bandeiras e diplomas foram adotados nos primeiros anos da revolução. O sistema de incentivos defendido por Che estava diretamente ligado com a emulação socialista, em que os trabalhadores premiados eram utilizados como propaganda política para aumentar o nível de consciência dos trabalhadores e elevar a sua produtividade. A emulação socialista tinha como objetivo o incremento da produtividade e funcionava como elemento ideológico, já que estimulava a “competição fraternal” entre os trabalhadores e exaltava as virtudes do socialismo. Entretanto, em meados dos anos 1960, quando o projeto econômico de Che Guevara não mostrou os resultados esperados, os estímulos materiais voltaram a ser preponderantes, sobretudo com a distribuição de bens duráveis e de viagens.

Che Guevara acreditava que a criação do “homem novo” era concomitante com o desenvolvimento da técnica e com o surgimento e desenvolvimento de uma consciência comunista,

O trabalho voluntário também foi defendido por Guevara como um dos componentes para a criação do “homem novo” e tornou-se não só um elemento ideológico importante em Cuba, como também foi fundamental do ponto de vista econômico, já que era decisivo para a colheita da safra de cana-de-açúcar. Em seu livro, Pericás apontou que esse tipo de trabalho sem pagamento foi realizado por vários setores: trabalhadores que atuavam fora de seu horário de serviço em outra área, estudantes, mulheres desempregadas e integrantes do serviço militar obrigatório. O trabalho voluntário também foi imposto a presos políticos como forma de reabilitação social. Entretanto, faltou ressaltar que os trabalhadores e estudantes foram, com o passar do tempo, muitas vezes pressionados a fazer trabalho voluntário devido ao rigoroso controle político estabelecido nos centros de trabalho e de estudos e nos Comitês de Defesa da Revolução (CDR).

Em seu trabalho, Luiz Bernardo Pericás destacou a maneira pela qual os prisioneiros ideológicos foram obrigados, como punição, a realizar trabalho não-remunerado e obrigatório, como forma de redução, e mostrou o contraste entre os números oficiais (de 15 mil a 20 mil presos políticos entre 1964 e 1965) e as cifras levantadas pelo economista Carmelo Meso-Lago (entre 50 mil a 75 mil presos políticos). O livro também revelou como foi instituído, em 1963, o serviço militar obrigatório, por três anos, para homens de 16 a 45 anos, e de como os recrutados eram divididos em dois grupos: aqueles que eram considerados de confiança eram direcionados para o treinamento militar, que era combinado com trabalho produtivo voluntário, enquanto os “não-integrados politicamente” eram destinados às Unidades Militares de Apoio à Produção (Umaps), e eram obrigados a trabalhar no setor agrícola como forma de prestação do serviço militar.

Entretanto, as Umaps significaram muito mais do que o cumprimento do serviço militar obrigatório, já que diversos testemunhos² de internos relataram que as Umaps foram uma maneira de o governo cubano controlar ideológica e moralmente a juventude cubana. Nesse ponto, faltou que o livro aclarasse que as Umaps acabaram por se transformar em campos de trabalho forçados para “dissidentes políticos” e “desviados sexuais”. Muitos jo-



Ernest Mandel

vens que foram considerados *hippies*, homossexuais, religiosos (entre eles, muitos “santeros” e testemunhas de Jeová), jovens que queriam deixar o país, estudantes “depurados” das universidades, além de todos os considerados “anti-sociais” foram forçadamente internados nas Umaps. O governo visava reabilitá-los de sua “conduta imprópria” por meio do trabalho obrigatório no campo e utilizou métodos repressivos para garantir a produção da parcela jovem da população considerada “desajustada”, o que acabou por significar a sua exploração como mão-de-obra gratuita.

A coerência de Che Guevara com suas idéias a respeito da construção do “homem novo” fez com que ele desse o exemplo e realizasse inúmeras vezes trabalho voluntário, como bem mostrou Luiz Bernardo em seu livro. A política elaborada por Che em Cuba levou-o a defender não só a rápida industrialização da ilha, mas também a expansão da revolução como caminho para sustentar as conquistas revolucionárias. A concretização dessas idéias aconteceu com sua saída do Ministério das Indústrias de Cuba para lutar pela libertação do Congo e posteriormente da Bolívia.³

No prefácio da obra, Luiz Alberto Moniz Bandeira aproximou as concepções de Che das de Trostki, não só porque Che buscou a industrialização acelerada, mas por suas críticas à União Soviética e seu apoio às revoluções no Terceiro Mundo. A trajetória como guerrilheiro e o assassinato na Bolívia em 1967 transformaram a figura de Che no defensor da revolução permanente, que deu sua vida para expandir a Revolução Cubana na América Latina. A leitura do livro de Luiz Bernardo Pericás mostra que Guevara também deixou uma reflexão relevante em suas concepções econômicas, além de ser bastante atual quando pensamos nos dilemas e perspectivas de sociedades em transição do capitalismo para o socialismo.

NOTAS

- ¹ Luis Bernardo Pericás, *Che Guevara e o debate econômico em Cuba* (São Paulo: Xamã, 2004).
- ² Néstor Almendros & Orlando Jiménez-Leal, *Conducta impropria* (Madri: Playor, 1984).
- ³ Outro livro de Pericás relata a luta de Che na Bolívia; ver Luiz Bernardo Pericás, *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia* (São Paulo: Xamã, 1997).